

Só para votar, serão sete dias

O cálculo é de 500 artigos e não inclui debates em plenário

A Assembleia Nacional Constituinte gastaria exatamente sete dias, uma hora e 20 minutos ininterruptos apenas para votar o texto constitucional, se ele contiver os 500 artigos previstos pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Esse cálculo não considera o tempo que será gasto com a votação de questões de ordem, emendas e destaques normalmente solicitados na apreciação de questões polêmicas, o que elevaria a previsão para meses, mesmo porque, as sessões dificilmente ultrapassariam mais de 10 horas diárias.

Este cálculo pode ser feito a partir da estimativa de que cada votação, através do novo sistema eletrônico que está sendo implantado no Congresso, terá uma duração mínima de 20 minutos para o processamento dos votos dos 559 constituintes. Multiplicando-se este tempo por 500 — a quantidade de artigos prevista para a nova Carta Magna se chegaria a 166 horas, ou sete dias, uma hora e 20 minutos.

Não fosse a carência de 100 cadeiras no plenário da Câmara dos Deputados, o processo de votação seria muito mais rápido, uma vez que o novo sistema de votação eletrônica processa os votos em apenas cinco segundos. Mas como existem apenas 500 banca-

das para 559 constituintes, 100 parlamentares terão de votar em uma cabine avulsas que será instalada ao lado da mesa, no plenário. Isso irá atrasar os trabalhos, pois os 100 constituintes terão de formar uma fila, votando um por vez no posto avulso, o que levará cerca de 20 minutos para cada votação.

NOVO SISTEMA

Com o sistema de votação eletrônico em fase de implantação no plenário da Câmara, pelo menos não será necessário se recorrer ao processo de chamada nominal, o que atrasaria ainda mais a apreciação do texto constitucional. O antigo sistema, que já vinha funcionando precariamente, foi totalmente substituído para que não aconteçam mais falhas. Agora, o velho computador AEG-60-10, já fora de linha e sem peças de reposição, foi trocado por um sofisticado microcomputador tipo IBM-PC-XT com memória principal com capacidade de 640 kbytes, recarregado com unidades de discos magnéticos.

— Estamos trabalhando para que não haja falhas, o risco é quase inexistente, mas também não podemos dizer que a máquina é infalível, observa um dos técnicos responsáveis pela implantação do novo sistema, que incluiu a substituição total da fiação elétrica.

EUGENIO NOVAES



José Paulo Bisol (E) confessa que está triste e abatido com as 711 emendas que mudam seu relatório

Bisol não gosta das emendas apresentadas

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, está desde ontem analisando, juntamente com 10 assessores, cada uma das 711 emendas ao seu substitutivo, encaminhadas por mais de 100 constituintes.

Se todas fossem acatadas, acabariam integralmente com o texto apresentado, que os conservadores da comissão consideram socializante e avançado demais. O relator não escondia sua decepção. Está abatido, triste e, de certa maneira, se sente abandonado pelo PMDB, que na semana passada havia se comprometido em apoiar o trabalho, mas não chegou a se

empenhar nesse sentido. Tanto que dentro da comissão grande parte das críticas ao substitutivo saem de constituintes do próprio PMDB, que na opinião do senador deveriam defender o projeto, que retrata os ideais do partido.

A maior parte das emendas, como já era esperado, pede o fim da garantia da não discriminação por orientação sexual, quer a proibição do aborto e a manutenção da censura. Bisol não pretende voltar atrás nas questões da orientação sexual e da censura, que serão decididas no voto, mas provavelmente excluirá qualquer menção ao aborto de seu trabalho, por preferir evitar o tema a incluir um artigo retrógrado.

Quando a outra questão polêmica — o direito de propriedade, o senador ainda não sabe o que vai fazer. Ele separou todas as emendas e pretende analisá-las por último.

Embora emendados, alguns outros pontos considerados "avanços" por Bisol certamente serão mantidos. E o caso dos Tribunais de Garantias Constitucionais, do habeas data e da Defensoria do Povo, além do dispositivo que objetiva dar fim ao estado de pobreza absoluta. José Paulo Bisol evita, de qualquer maneira, fazer prognósticos. Ontem ele avisou: "Não sei o que vai cair e o que vai ser mantido, mas se quem quiser as mudanças alcançar maioria, me submeto. Sou um democrata".

Amaral insiste na pena de morte

O deputado Amaral Neto (PDS-RJ) voltou a defender a adoção da pena de morte no Brasil para crimes de seqüestro, estupro e roubo seguidos de morte. Durante mais de duas horas, ele defendeu emenda nesse sentido, diante de um auditório lotado, na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Entre os que assistiam a performance de Amaral, estavam quatro viúvas de motoristas de táxi, que juntamente com o presidente do sindicato da categoria no Distri-

to Federal, Manoel Paulo de Andrade Neto, foram levar seu apoio à emenda.

Mas como nem todos concordam com a ideia, o bate-boca foi inevitável. O deputado José Genoino (PT-SP) afirmou que a pena de morte não é um remédio eficaz para coibir o ato criminoso, nem resolver o clamor de justiça da sociedade. "A saída é enfrentar as causas sociais da violência", apontou. O deputado Amaral Neto, no entanto, estava irredutível. Com o apoio do deputado Farabulini Jú-

nior (PTB-SP) ele garantiu que não desiste de sua ideia. "Quero que a pena seja aprovada pelo plenário e posteriormente por um plebiscito", disse. Ouviu de Genoino que se isso acontecer, apenas negros, pobres e discriminados estarão sujeitos à pena. Foi a deixa para o deputado Leysane Maciel (PDT-RJ), contrário à ideia, lembrar que erros judiciais não poderão ser mais corrigidos, apesar de comuns e frequentes, se a pena de morte for aprovada.

Camargo quer isenção para bem cultural

O senador Affonso Camargo (PMDB-PR) apresentou emenda à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças não só estabelecendo imunidade tributária a livros, jornais e periódicos, mas também ampliando este benefício à produção cinematográfica. Para o senador, essa medida facilitará aos brasileiros o acesso aos bens culturais, servindo ainda de estímulo ao cinema nacional.

Affonso Camargo lembrou que a Constituição de 1946 já assegurava a imunidade de impostos sobre os bens culturais impressos, uma proposta do então constituinte Jorge Amado, que, na época, teve a preocupação de conceder a imunidade ao bem cultural e não à empresa ou aos proprietários de empresas que exercem atividade cultural.

Chuva de emendas na Ordem Social

Somente às 6h30min de ontem é que a Secretaria da Comissão da Ordem Social terminou de receber as milhares de propostas de emendas apresentadas ao substitutivo do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), contrariando as previsões de funcionamento, anteriormente marcada para 6h da noite e mesmo o funcionamento das demais comissões, onde as emendas terminaram por volta da meia-noite.

Quando da conclusão do recebimento, uma extensa fila se encontrava na secretaria da comissão, obrigando a que fossem dados como presentes no horário e que a entrega fosse sendo procedida, até que o último tivesse confirmado o recebimen-

to das suas emendas.

A Comissão da Ordem Econômica recebeu 953 emendas até a meia-noite de anteontem, quando encerrou-se o prazo para entrega de propostas na fase preliminar dos trabalhos da comissão. Já a Comissão do Sistema Tributário recebeu 917 emendas.

A Comissão do Sistema Tributário também votará seu parecer definitivo na sexta-feira pela manhã. Os dois relatores, com base no resultado da votação, deverão elaborar o relatório final até domingo. Na segunda-feira, os documentos serão encaminhados para a Comissão de Sistematização para o início de nova fase de debates para a nova Constituição.

Cristãos não querem aborto e pedem censura

Com cânticos um tanto desordenados, mas certamente cheios de convicção, aproximadamente 100 representantes de grupos católicos e evangélicos chamaram a atenção dos constituintes que passaram pelo Salão Verde da Câmara dos Deputados ontem à tarde. Eles traziam as propostas básicas do 1º Congresso Nacional em Defesa da Família e dos Valores da Civilização Cristã, realizado em Brasília. Num ato público realizado pouco antes, no auditório Petrônio Portela, eles condenaram o aborto, a pornografia e o divórcio, que estariam sendo defendidos na Constituinte por "forças malignas e ideologias extremistas e exóticas".

Os palestrantes utilizaram sempre uma linguagem forte ao tratar destes temas, procurando transmitir aos presentes a necessidade de união das religiões cristãs pela aprovação de uma Constituinte afinada com "os valores do Evangelho de Cristo e das Sagradas Escrituras". O bispo de Anápolis, Manoel Pestana, por exemplo, ao falar das liberalidades dos meios de comunicação, afirmou que "os olhos de nossos filhos são latas de lixo. Isto é grave, porque, se plantarmos um estímulo pobre, o homem será empurrado para a podridão".

Depois de considerar a pornografia como "a ausência das grandes ideais", o representante da Igreja Católica citou alguns casos que considera como muito graves. "A satânica TV Globo impôs às crianças do Brasil uma babá, a manequim Xuxa. Mas agora que ela chega ao auge de sua fama, é lançada numa fita de vídeo cassete onde aparece nua, seduzindo um menino de 10 anos. Já o ator Tarcísio Meira, a coqueluche das mulheres, no momento, é lançado nas telas como um depravado, que não se satisfaz com ninguém a não ser com a própria filha".

Também lembrou do filme "La Luna", "onde a mãe seduz o próprio filho", dirigido pelo cineasta italiano Bernardo Bertolucci. "Um comunista, ateu e judeu, que diz que a sua câmara é como uma metralhadora, capaz de pôr abaixo — de podre — toda esta civilização".

Richa pode aprovar Estado do Tocantins

Há probabilidade de a proposta de criação do Estado do Tocantins, pelo desmembramento da parte norte de Goiás, vir a ser acolhida pelo senador José Richa, relator da Comissão da Organização do Estado. Foi o que aconteceu ontem em um assessor que acompanha os trabalhos de análise das 535 emendas enviadas segunda e terça à secretaria da Comissão. Este, no entanto, seria o único, dos seis estados propostos, a ser reconhecido em nova apreciação do relator.

José Richa deve concluir ao meio-dia de hoje seu trabalho sobre as emendas, pois está com viagem marcada para as primeiras horas da tarde. Desde ontem esteve-se na apreciação

O momento de maior emoção para os cristãos ali reunidos aconteceu quando a representante do Grupo Evangélico de Ação Política, Ceci Braga, numa cadeira de rodas, falou o drama que viveu ao ser forçada a fazer um aborto por risco de vida e má formação fetal, exceções que não são admitidas por católicos e evangélicos. Lembrou que não queria fazer o aborto, mas acabou cedendo pela pressão dos familiares e pelo fato de ter dois filhos para criar.

"Porém, já na mesa de cirurgia, anestesiada, ainda tive forças para gritar para os médicos: assassinos, assassinos", recordou Ceci Braga. Resultado: os médicos não tiveram coragem de fazer o aborto e meses mais tarde nasceu a sua terceira filha, portadora de leucemia. Num tom dramático, contou que a filha morreu 28 dias após. Em seguida, acrescentou que "Deus acabou me devolvendo a filha seis horas mais tarde. E aqui está ela entre nós". Uma garota de aproximadamente 18 anos, muito saudável, ergueu-se no meio do público, para delírio geral dos cristãos.

O representante da Igreja Presbiteriana, Esaú de Carvalho, falou das "forças malignas" que trabalham pela destruição da família: "A luta é grande, porque os que defendem o mal são arrogantes e tomam conta dos meios pelos quais é possível chegar às grandes massas".

Lembrou que "estes adversários são impetuosos e atuam de forma decisiva. Pois é isto que está faltando aos democratas e cristãos". Muito aplaudido, seguiu o seu discurso: "Este auditório não ficou lotado porque nos falta disposição para a luta. Então, façam um apelo neste sentido, porque o que foi aprovado nestas comissões é uma tristeza para todos nós". Neste ponto, teve a ajuda da organizadora do ato público, a presidente da Sociedade Beneficente de Estudos de Filosofia, Maria Cora Monclaro, que considerou os critérios de liberdade de prática religiosa do substitutivo do relator Paulo Bisol como "igual a da Rússia".

Ato lançará emenda popular

A campanha nacional de apoio às emendas populares será lançada dia 16, em Brasília, durante ato público programado para as 17h, no Salão Verde do Congresso Nacional. A campanha é promovida pela Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte, que reúne entidades representativas da sociedade civil, dos movimentos sindical e estudantil.

Antes do ato público, será realizada, de 9 às 16h, no anexo IV da Câmara, uma reunião com a participação de dirigentes e representantes das entidades, movimentos e partidos que integram a Articulação. O objetivo da reunião é debater a possibilidade de elaboração de um texto único sobre as questões centrais da Constituinte e a viabilidade da elaboração de uma emenda unitária de iniciativa popular.

Para o dia 17, a Articulação programou a realização de atividades públicas em todo o Brasil, como coletas de assinaturas, atos públicos, debates, comícios e shows para marcar o Dia Nacional de Mobilização Popular na Constituinte.

Relatores têm vaga garantida

Estão asseguradas as vagas dos quatro relatores derrotados em suas respectivas subcomissões (Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Virgíldio de Sena e Oswaldo Lima Filho) no poderoso grupo de Sistematização. Após intensos debates, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo rejeitou ontem, por 31 votos contra 3, recurso impetrado neste sentido pelo líder do PDS, Amaral Neto.

Também foi recusada, por 34 votos contra 16, proposta do petista José Genoino (SP) com o objetivo de elevar o número de vagas do seu partido na grande comissão. Rejeitados, os dois recursos não serão sequer submetidos ao plenário da Constituinte: seguem direto para o arquivo.

Sandra entrega substitutivo

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) deu entrada em substitutivo ao anteprojeto apresentado pelo relator Artur da Távola (PMDB-RJ) na Comissão de Educação, Cultura, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, alterando substancialmente as propostas apresentadas. Disse a deputada que as contradições expostas no texto de Távola levaram a que a mesma não apenas tentasse a aprovação de uma emenda ou outra, mas que fizesse todo um substitutivo para buscar a aprovação em lugar da proposta da Comissão.

As contradições encontradas por Sandra Cavalcanti são, principalmente, no que ela denominou de "tratamento desigual em vista de interesses". Para Sandra, o relator e setores da comissão querem a estagnação da educação, dos meios de comunicação e da tecnologia, para defenderem a maior liberalidade quando se trata de cultura, esportes e lazer.